


# JUVENTUDE(S) E A ESCOLHA PROFISSIONAL: COMO A ESCOLA PODE CONTRIBUIR?\*

## YOUTH(S) AND PROFESSIONAL CHOICE: HOW CAN THE SCHOOL CONTRIBUTE IT?

PURL:[purl.oclc.org/r.ml/v6n1/a2](http://purl.oclc.org/r.ml/v6n1/a2)

Jamille Monteiro Gomes<sup>†</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-8549-8578>

Beatriz Corsino Pérez<sup>‡</sup>

 <https://orcid.org/0000-0002-8484-5240>

### Resumo:

O artigo tem a finalidade de contextualizar as juventudes dentro da abordagem sócio-histórica e correlacioná-las com a educação. Discute a relação aluno-escola e como a percepção dos jovens acerca do que será feito após a conclusão do Ensino Médio difere de acordo com a condição socioeconômica, já que são oferecidos ensinamentos distintos para as classes altas e baixas. Na experiência de estágio supervisionado no curso de Psicologia, foi possível trabalhar, com uma turma de terceiro ano da rede pública, questões relacionadas ao vestibular. O tema era abordado através de dinâmicas e rodas de conversas em oficinas semanais com uma turma de terceiro ano. Com isso, aborda-se a importância de uma orientação profissional atenta às diversidades nas escolas, que esteja contextualizada com a realidade do jovem e ajude-o a traçar possibilidades dentro dela. Para além dos muros escolares, é pensada a orientação profissional enquanto política pública para a juventude.

**Palavras-chave:** juventudes, escola, orientação profissional.

### Abstract:

The article aims to contextualize the youths within the socio-historical approach and correlate them with education, bringing the student-school relationship and how the perception about what will be done after high school differs according to the condition socioeconomic context, as distinct teachings are offered to the upper and lower classes. In the internship experience in the Psychology course, it was possible to work in a third year public school class, entrance exam related issues. The theme was addressed through dynamics and conversation wheels in weekly workshops. Thus, the importance of a professional orientation attentive to the diversity in schools, which is contextualized with the reality of the youth and helps him to draw possibilities within it, is addressed. Beyond the school walls, it is thought the professional orientation and public policy for the youth.

**Keywords:** youths, school, professional orientation.

---

\* Artigo recebido em: 29 de outubro de 2019. Aceito em: 27 de dezembro de 2019

<sup>†</sup>Universidade Federal Fluminense. Autor correspondente. e-mail: [jamille-mont@hotmail.com](mailto:jamille-mont@hotmail.com)

<sup>‡</sup>Universidade Federal Fluminense. e-mail: [beatrizcorsino@id.uff.br](mailto:beatrizcorsino@id.uff.br)

## **1. Introdução**

O artigo se propõe a trazer, pela abordagem sócio-histórica, a compreensão de que não há uma juventude, mas sim “juventudes” que se formam e se diferenciam de acordo com o contexto social. Questões de classe social, raça, gênero e território interferem na maneira pela qual os jovens vivenciam essa experiência. Há uma diferenciação na perspectiva de futuro que os jovens possuem, ocasionada, principalmente, pela desigualdade entre as classes altas e as classes baixas que reflete na qualidade de ensino que é ofertado para cada uma. A partir disso, durante a convivência com os jovens do terceiro ano do Ensino Médio, em uma escola da rede pública de ensino, ficou claro o quanto os mesmos possuem dificuldades em planejarem o futuro por se verem limitados pelas condições sociais em que estão inseridos.

O ponto em comum, entre os jovens economicamente favorecidos e os economicamente desfavorecidos, encontra-se no medo e na insegurança acerca do que fazer após a escola. Enquanto os primeiros possuem a incerteza sobre se irão estudar em uma universidade pública ou privada, os últimos ficam incertos sobre se irão ingressar no ensino superior ou tentarão o ingresso direto no mercado de trabalho. A alternativa apresentada para equilibrar tal diferença é a inserção da orientação profissional como parte do planejamento pedagógico da instituição escolar, não apenas como um trabalho a ser desenvolvido dentro da instituição, mas sobressaindo os muros escolares e firmando-se como política pública para a juventude.

## **2. O debate sobre juventude, juventudes e moratória social**

Os recortes feitos nos estudos referentes à juventude fragmentam o assunto e dificultam a compreensão do jovem em sua totalidade. Os jovens são constituídos pelas relações que possuem e pelo lugar social que ocupam, dando sentido ao mundo e a si mesmos a partir desse lugar (DAYRELL, 2003). Oliveira e Trancoso (2014) entendem que conceituar a juventude exige um diálogo entre as ciências humanas, trazendo aspectos da sociologia, da psicologia, da educação, entre outras áreas.

Na abordagem da psicologia sócio-histórica, a juventude é compreendida como processo constitutivo em que se considera a história e o desenvolvimento (FERNANDES, 2015), de modo que a realidade vivida e a cultura interferem em como o sujeito se desenvolve. A partir de contribuições da teoria de Lev Vygotsky, a concepção de sujeito é histórico, datado e ativo, se constituindo no e pelo social. Para o teórico, o pensamento se altera conforme o crescimento, logo, os jovens já não pensam mais como crianças. A

causadora da transformação é a leve inserção na vida adulta, possibilitando que as demandas referentes a essa fase sejam expostas e as respostas a elas comecem a serem construídas.

Para Vygotsky (2012), as funções que assumem prevalência no período da adolescência são o pensamento por conceito e a imaginação. É pela combinação dessas duas que o sujeito passa a perceber-se como parte integrante da sociedade e começa a reconfigurar elementos da cultura, como eventos sociais, políticos e econômicos, percebendo as intrincadas conexões entre eles (NEVES *et al.*, 2018, p. 91).

Dentro da teoria sócio-histórica, o indivíduo é entendido na sua relação com a sociedade. Busca-se compreender os processos psicossociais e a produção de subjetividade a partir dessa relação, entendendo que ocorrem de modo materialista e dialético. Para Aita e Facci (2011) a subjetividade faz parte do sujeito ativo, é a sua singularidade. Não se forma sozinha, mas a partir das relações sociais, ou seja, é necessário o convívio com o outro para que as construções sociais se internalizem.

Há a compreensão de que fatores econômicos, históricos e culturais afetam o modo que se vivencia a juventude, diferenciando a educação, a residência e o lazer dos jovens. Logo, a palavra juventude passou a ser escrita no plural, de modo que ao se referir como “juventudes” abrangeria a diversidade de possibilidades que engloba o que é ser jovem. Além dos fatores citados inicialmente, gênero, raça, etnia, religião, território, entre outros, também contribuem, para uma composição heterogênea da juventude. A pluralidade que leva ao entendimento das juventudes, não anula a juventude no singular,

embora tais visões impliquem diferentes estratégias de abordagem, elas não se anulam. Isso porque, dependendo do enfoque, a juventude pode se apresentar tanto como um grupo aparentemente homogêneo quanto heterogêneo. No primeiro caso, por exemplo, quando a comparamos com outras gerações; na segunda hipótese, quando é analisada como um conjunto social. (ESTEVEZ; ABRAMOVAY, 2007, p. 22)

Contudo, ainda que haja similaridades na juventude de uma mesma geração, fatores vivenciais permanecem diferenciando as juventudes, ainda que tenham compartilhado da mesma época social. A homogeneidade só aconteceria se todos estivessem no mesmo patamar social para vivenciarem os acontecimentos do mesmo modo.

Camacho (2004) nos diz que a juventude é entendida por duas perspectivas: a de um conjunto social, constituído por indivíduos na mesma faixa etária (tendência geracional) e como um conjunto diversificado que constitui uma cultura juvenil diversificada. A juventude também possui sua definição romântica em que se associa à liberdade. É vista como um período permitido de ser aquilo que se deseja.

A essa ideia se alia a noção de moratória, como um tempo para o ensaio e o erro, para experimentações, um período marcado pelo hedonismo e pela irresponsabilidade, com uma relativização da aplicação de sanções sobre o comportamento juvenil (DAYRELL, 2003, p. 41).

A moratória social seria o tempo de experienciar a construção dos valores sociais, de entender qual o papel do jovem na sociedade, associado ao fato de estar em formação e ser passível de comportamentos errados. O conceito é usado em favor da segregação entre adultos e jovens, ou seja, entre aqueles que tudo sabem contra aqueles que nada sabem (GROPPO, 2015). No entanto, a moratória social, que caracterizaria a juventude enquanto lugar geracional, em oposição à vida adulta, não é vivenciada da mesma forma em nossa cultura, colocando-se de modos distintos para homens e mulheres (ANDRADE; MEYER, 2014) e por classes socioeconômicas distintas, por ter como determinantes tempo e dinheiro. O jovem economicamente favorecido pode adiar as responsabilidades da vida adulta para se dedicar exclusivamente aos seus estudos, ocupando seu tempo livre para as atividades de lazer. Já o jovem pobre, muitas vezes, não consegue estudar e se sente angustiado pelo tempo livre, pois era necessário que estivesse empregado para poder contribuir nas despesas domésticas e ter poder aquisitivo. Entretanto, como não possuem qualificação e nem experiência profissional, acabam sendo excluídos do mercado de trabalho. Assim, muitos jovens são empurrados para a criminalidade (CAMACHO, 2004).

As marcações etárias não funcionam como delimitadores da fase, mas como indicações sociais importantes para a formulação de etapas culturalmente aceitas. O que demarca essas etapas são as oportunidades vividas de acordo com o espaço no qual se está inserido (ANDRADE; MEYER, 2014). Dentro do lado positivo da juventude, é permitido vivenciar o prazer, o novo, o diferente. O signo atribuído ao jovem é o da criatividade, autenticidade, disposição física; é visto como o que não se cansa, o que possui disposição para viver. Denominam-se essas características de moratória vital. Oposta à social, essa moratória é vivenciada por todos os jovens, independente da classe a que pertença. É naturalmente dada ao jovem, porém, precisa ser aceita socialmente e culturalmente (GROPPO, 2015).

O entendimento a respeito das fases da vida e dos papéis destinados às crianças, jovens e adultos é uma construção social. Esteves e Abramovay (2007) citam a dificuldade que a sociedade brasileira possui em entender o jovem, ora o enxergando como adulto, ora o infantilizando. Assim, em alguns momentos, fazem exigências pela idade, em outros, relativizam suas atitudes, utilizando a justificativa da imaturidade. A condição juvenil é

também construída negativamente, ao ser atribuído ao jovem o signo de irresponsável, o que coloca o adulto no lugar daquele que deve ensiná-lo, sendo o seu oposto, o responsável. Para Bourdieu (1983), as disputas intergeracionais tratam-se da divisão de poderes e da afirmação da hierarquia em que jovens estão abaixo dos adultos e, por isso, subordinados a eles. A moratória social fortalece essa hierarquização por adiar a autonomia juvenil, considerando o jovem em posição inferior por ainda não responder como adulto.

### **3. O jovem, a escola e a inserção profissional: entre ser jovem ou ser aluno**

Um dos marcadores das diferenças geracionais que sinalizam os papéis atribuídos aos jovens e aos adultos é o processo de escolarização. Ariés (2006) afirma a importância da consolidação da escola na modernidade para a diferenciação entre a infância, a juventude e a fase adulta, limitando-se o local em que crianças e jovens deveriam estar. As escolas se conceberam como instituições disciplinadoras e de relevância social, consolidando o seu prestígio e respeito. Atualmente, diversas transformações sociais ocorreram e a escola não se abriu às demandas do presente, havendo um enfraquecimento do seu papel social. Ela não cumpre com excelência a promessa futura de que, através a imposição do poder disciplinar, haveria o desenvolvimento do indivíduo e sua inserção no mercado de trabalho.

Essa concepção está muito presente na escola: em nome do “vir a ser” do aluno, traduzido no diploma e nos possíveis projetos de futuro, tende-se a negar o presente vivido do jovem como espaço válido de formação, assim como as questões existenciais que eles expõem, bem mais amplas do que apenas o futuro (DAYRELL, 2003, p. 41).

Há a dificuldade de compreensão acerca do que é ser “aluno”, sendo essa caracterização – supostamente – definida como alguém que entra na escola para adquirir aprendizados e deve se limitar a isso, obedecendo às normas institucionais e deixando fora dos muros escolares a sua realidade. Parte de um determinado contexto escolar, em que se baseia na ordem e se espera o desempenho do papel de alguém que irá apenas cumpri-la. Baseada no que era ser aluno durante a escola na modernidade, tal definição é confrontada com o que é ser aluno hoje. Não se entende que se é estudante e jovem, não podendo escolher oscilar entre ser um ou outro. Estar na posição de estudante não se torna algo à parte da juventude, pelo contrário, está em sua composição.

Com a desinstitucionalização – característica da crise na instituição – e o consequente ruir dos muros das escolas (DAYRELL, 2007), a vida juvenil adentra a escola. Gostos e desejos dos jovens emergem, uma vez que é a partir deles que a condição do jovem ganha

espaço para se manifestar. A personalidade passa a ser manifestada no vestuário – seja pelo tênis ou por um acessório da moda – e o espaço escolar se apresenta também como local de sociabilidade para o desenvolvimento de amizades e o surgimento de amores. Mais uma vez, reafirmando a não dissociação entre ser jovem e ser aluno.

Bourdieu (1983) discute sobre as escolas do poder, escolas estas voltadas para a burguesia e fornecedoras de atividades e conteúdos que prevalecem apenas à classe burguesa. Os jovens que ali estudam são contemplados com a preparação para o desempenho de altas funções. Geralmente, no contexto brasileiro, essas escolas são encontradas na rede privada de ensino. A preparação para o mercado de trabalho foi substituída pela preparação para o ingresso na universidade; as altas funções equivalem-se, hoje, aos cursos de ensino superior.

Já a escola pública é a grande provedora da educação para jovens brasileiros (RIBEIRO; LÂNES; CARRANO, 2006), expandida na década de 1990, passou a receber alunos diversos, advindos não mais das classes altas, mas das classes populares. Os primeiros chegavam com o conhecimento nivelado, o que promovia a homogeneização das turmas; os segundos traziam as marcas da desigualdade social e afirmavam a diferenciação de ensino oferecida para ricos e pobres. Ao se falar sobre a educação pública, de início, já é definida a classe econômica à qual os jovens pertencem, pois a escola que oferece o ensino gratuito é a escola vista para as classes populares. Dentro dessa realidade, outro ponto aparece: os corpos que estão nesse espaço são, majoritariamente, corpos negros. Esses jovens tendem a serem vistos como “classe perigosa”, como se fossem um risco para a sociedade por serem negros e pobres (DAYRELL, 2007). A escola passa a se tornar heterogênea, e novos desafios emergem, de modo que cabe a instituição elaborar estratégias para solucioná-los, iniciando por uma ponte entre a realidade dos estudantes e a escolar.

As questões da juventude modificam-se a cada geração, contudo, algo permanece em consequência da desigualdade social: o processo de subjetividade ocasionado pela pobreza. Aquele que advém da classe popular enfrenta, cotidianamente, situações de risco que produzem efeitos cognitivos, emocionais e comportamentais. A moradia inadequada, a falta de acesso às políticas públicas e a estigmatização social (XIMENES; CIDADE, 2016) produzem no jovem da classe baixa efeitos subjetivos negativos, moldando a maneira como ele percebe o seu ingresso no mercado de trabalho e no ensino superior. Comportamentos como passividade, descrença, apatia e indiferença são identificados em jovens pobres, porém é preciso revê-los não como algo inato, mas como consequência do contexto social. A visão que ele possui de si fala também sobre a consciência que possui da própria realidade,

identificando a dificuldade de transpor as barreiras sociais, econômicas e políticas (XIMENES; CIDADE, 2016).

O desenvolvimento de políticas públicas para a juventude constrói-se como uma tentativa da diminuição da exclusão social e o início no mercado de trabalho, em prol de um desenvolvimento pessoal. De acordo com a publicação da UNESCO (2004), não cabe pensar em políticas públicas para a juventude, mas políticas de/para/com juventudes. A diferenciação entre as preposições não é acidental. Ao se pensar em políticas de juventudes, considera-se o grupo juvenil e a sua diferenciação de acordo com a raça, o gênero e a classe social; para a juventude, o público mais assertivo ao qual as políticas serão direcionadas a fim de garantir o bem-estar social; já políticas públicas com as juventudes, possibilita um espaço em que será ofertado aos jovens a possibilidade do exercício da cidadania. A exclusão da juventude nos espaços políticos reafirma que o jovem é visto como alguém incapaz de opinar devido a sua pouca idade. Denunciando assim, a falta de garantia da presença dos jovens nos espaços de formulação das políticas públicas, que os permitam falar sobre os seus anseios.

As políticas públicas para os jovens ainda não estão firmadas no país, não sendo, de fato, políticas públicas, mas programas pensados para a inserção dos jovens em desvantagem social. Kerbauy (2005) critica as políticas públicas nacionais, caracterizando-as como políticas reparatórias e compensatórias, sem promoção do desenvolvimento e da construção da cidadania dos jovens. A autora também pontua o foco das políticas públicas ser a profissionalização, a ocupação do tempo livre e a educação. “Desta forma, é preciso reconhecer a importância da relação juventude e trabalho buscando compreender o diálogo entre a juventude e as atuais políticas e ações de inserção dos jovens no mundo do trabalho” (NUNES; FERNANDEZ, 2016, p.67).

Nunes e Fernandez (2016) nos trazem que as ações públicas voltadas para o trabalho estão direcionadas à qualificação profissional, ou seja, associadas à elevação da escolaridade. Dentre as atuais, citam o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criado em 2011, com a finalidade de promover a ampliação dos cursos de formação profissional e tecnológicos. Com o certificado de qualificação em um ensino técnico, o jovem pode ter sua entrada no mercado facilitada, uma vez que tal documento rompe a barreira de que ele não estaria capacitado para a função. Dessa forma, o programa é visto como foco de política pública voltada para o trabalho.

Ainda que as políticas nacionais desenvolvidas para essa temática sejam insuficientes, foi possível o alcance de mudanças significativas para a empregabilidade da juventude (NUNES; FERNANDEZ, 2016). O grande impasse que se vive está acerca da melhor idade

para se começar a trabalhar, por haver a compreensão da diversidade das realidades nas quais os jovens estão inseridos, não podendo se ver linearmente a trajetória de todos eles. Portanto, as políticas públicas não podem estar dissociadas do contexto sócio-histórico-cultural pelo qual é constituído o jovem.

Uma marca da desigualdade social é vista através de como estudantes de origem favorecida e desfavorecida entendem o fim do período escolar. Para ambos é uma conquista, entretanto, potencializa-se para os desfavorecidos por conta do histórico familiar. Muitos são os primeiros a conquistarem o diploma do Ensino Médio na família. Os pais tendem a comemorar e a se emocionar verdadeiramente, pois os filhos chegaram aonde eles não puderam estar. A consequência é a falta de clareza quanto ao futuro, pois a meta dada a eles era apenas o de se formarem na escola, não ambicionando o ensino superior.

O terceiro ano do Ensino Médio se caracteriza por diversas inseguranças sobre a vida pós-escolar. De acordo com Dayrell (2007), o significado atribuído a última etapa da educação básica modificou-se com a imposição de sua obrigatoriedade. Antes, a sua conclusão era voltada para os jovens que desejassem cursar o ensino superior; hoje, é necessária para a entrada no mercado de trabalho. A orientação profissional pode ajudar a ampliar a visão sobre os projetos de futuro e proporcionar uma maior reflexão sobre suas expectativas e potencialidades.

O desenvolvimento de uma orientação profissional dentro de uma escola pública precisa ser coerente com a realidade dos alunos. É necessária a consciência de que o trabalho não se desenvolverá do mesmo modo que se desenvolveria em uma escola da rede privada, uma vez que existem “juventudes”, o suporte oferecido deve estar contextualizado com as diversidades (MANDELI; SOARES; LISBOA, 2011). Devido à alta demanda dos jovens, está tramitando no Senado Federal a aprovação do projeto de lei 5053/ 2016 que garante o serviço de orientação profissional.

A principal função da orientação profissional é oportunizar a reflexão sobre o que se deseja para o futuro, trabalhando a perspectiva sobre o mesmo e meios possíveis de alcançar o que se deseja, a partir da promoção do conhecimento sobre si. É preciso considerar as características de cada grupo para uma formulação de projeto de vida alinhado com a realidade social, sem desconsiderar que a decisão é individual e não coletiva. Para além de uma escolha de carreira, a orientação profissional trabalha, prioritariamente, com o desenvolvimento do sujeito, seu autoconhecimento para que sua escolha seja feita de modo consciente.



O jovem oriundo de uma classe baixa necessita ser trabalhado nas suas especificidades, ou seja, é preciso construir uma perspectiva de futuro que atenda à sua demanda frente ao que é por ele vivido. Por isso, cabe à orientação profissional expandir os conhecimentos acerca do mundo do trabalho, dentro das possibilidades econômicas, sociais e subjetivas possíveis (COSTA, 2017). Com o término da vida escolar, jovens das classes baixas precisam se inserir rapidamente no mercado de trabalho; a eles, em caso da reprovação do vestibular, não é dado o privilégio de passarem um ano no cursinho \_ o ingresso no mercado de trabalho se faz urgente. Em oposição, os jovens favorecidos economicamente podem escolher cursar mais um ano de preparatório para o vestibular ou ingressar diretamente em uma universidade privada. Nesse caso, o trabalho se posterga para após a conclusão do ensino superior e há a probabilidade de uma melhor remuneração salarial.

As políticas de geração de emprego, trabalho e renda no país seguem a orientação mais ampla da Constituição Federal de 1988, que defende como um de seus fundamentos “os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa” (Art. 1, inc. IV). O trabalho aparece como um direito social que deve ser assegurado a todos os cidadãos brasileiros, uma das prioridades do Governo Federal na elaboração de suas propostas (LISBOA, 2017, p.106).

O trabalho é fonte de sustentação pessoal, necessário à vida em uma sociedade capitalista. Mais do que apenas uma fonte de renda, o emprego marca o ingresso na vida adulta, o desempenho do papel social esperado e não se encontra, portanto, separado da identidade dos sujeitos. A população juvenil encontra dificuldade de emprego, o que faz com que aceitem qualquer oferta, ainda que seja em condições precárias e com baixa remuneração. Desse modo, a ampliação das políticas voltadas para o ingresso no mercado de trabalho se faz urgente, uma vez que os jovens que estão matriculados na rede pública de ensino possuem dúvidas e incertezas sobre o que será feito após a escola.

#### **4. Um breve relato sobre a experiência de estágio**

Ao acompanhar uma turma de terceiro ano de uma escola estadual, durante o primeiro semestre de 2019, ficou claro que a maioria não possuía a perspectiva de prestar o ENEM— Exame Nacional do Ensino Médio, e nem mesmo de ingressar no ensino superior. A turma era composta por sete alunos com idades entre 17 e 19 anos, variando entre os que só estudavam e os que já estavam empregados. Todos eram moradores da periferia e não residiam próximos à escola. Inicialmente, na primeira série do Ensino Médio, havia o quádruplo de alunos nessa turma, porém os estudantes foram saindo não apenas da turma, mas

da escola. Alguns, por necessidade de trabalho, conseguiram mudar o período para o noturno e persistir nos estudos; outros, entretanto, ficaram pelo caminho por não conseguirem conciliar as duas atividades. A realidade econômica familiar vivida por eles faz com que seja necessário ajudar no sustento financeiro das próprias residências, não podendo esperar a conclusão da escola para ingressarem no mercado de trabalho. Os jovens que conseguiram chegar até o terceiro ano do Ensino Médio tiveram um apoio diferente dos familiares, que possuem uma condição financeira melhor ou que muitas vezes se sacrificaram, por valorizarem a educação na expectativa de que as próximas gerações pudessem ascender socialmente e ter outras experiências de trabalho que eles não tiveram a oportunidade. Assim, os estudantes que alcançam a formatura do Ensino Médio são um orgulho para a família.

Como proposta para o desenvolvimento do estágio supervisionado em Psicologia Escolar, criou-se um cronograma com oficinas semanais que tiveram o intuito de trabalhar temas voltados ao vestibular, de modo que os alunos pudessem refletir sobre suas escolhas profissionais. O objetivo principal do projeto era incentivar o ingresso no ensino superior, através da abordagem de questões que demonstrassem que a universidade era uma possibilidade real para os estudantes da rede pública.

Durante as conversas com os alunos, ficou nítido que apesar de cada um possuir suas singularidades, eram jovens comunicativos, criativos e com capacidade de chegarem aonde desejarem; contudo, precisavam ser potencializados para tal. Tais observações foram de extrema importância para o desenvolvimento do projeto, sendo o mesmo pensado a partir delas. Assim, os objetivos centrais eram: orientá-los profissionalmente; trabalhar questões relacionadas à como se sentem sobre o término da vida escolar; mostrar possibilidades do que pode ser feito após o término do Ensino Médio. Também foram realizadas atividades como: dinâmicas de grupo, exibição de vídeos e rodas de conversas, que visavam discutir e explicar pontos essenciais sobre o vestibular.

No primeiro encontro, o questionamento inicial foi: “qual profissão desejam seguir?”, e a maioria dos estudantes demonstraram ter conhecimento sobre a carreira que desejavam, apenas alguns em dúvida entre um curso ou outro. Dentro do grupo, as profissões citadas como opção de escolha foram: psicologia, gastronomia, medicina veterinária, administração, moda, engenharia e carreira militar. Apenas um aluno deixou claro que a prioridade era ingressar no Ensino Superior, independente do curso. Foi perguntado o porquê de priorizar a faculdade e a resposta dada por ele, trazia perspectiva de futuro e planejamento de construção de família, como notamos na seguinte fala: “quando eu tiver uma família, só o salário de técnico pode não ser suficiente, então eu vou fazer faculdade”.

Das profissões citadas, o interesse dos jovens surgiu da identificação de cada um com a área, não tomando como referência nenhuma pessoa para a realização da escolha. Foi interessante observar que ainda que tivessem uma perspectiva profissional, poucos demonstravam interesse pelo vestibular. Desejavam a profissão, mas não se viam cursando a graduação no ano seguinte, já que era um sonho distante para a realidade deles. Por isso, poucos dos alunos estavam inscritos no ENEM. A questão central passava pela autoestima, por se acharem despreparados para a prova devido ao ensino recebido na escola estadual. A maneira encontrada para tentar modificar isso foi a sugestão do uso das redes sociais como ferramentas de estudo, uma vez que existem inúmeras vídeo aulas *onlines* e gratuitas que podem ajudar os jovens a aprofundarem os seus conhecimentos e esclarecer suas dúvidas. Alguns jovens aceitaram a ideia, mas, para outros, ainda era algo distante devido à dificuldade do acesso à internet.

A exibição de um vídeo, em que uma estudante – também do terceiro ano – trazia a experiência de viver o ano de vestibular em meio às pressões sociais para a aprovação no mesmo, possibilitou que os jovens se abrissem para o grupo. Eles apresentaram questões que afligiam a todos, como a não aprovação na faculdade, o término da vida escolar, o medo de não ingressarem no mercado de trabalho. De maneira clara, os estudantes puderam dividir aquilo que os angustiavam e perceberem que não eram os únicos naquela situação, já que todos eram atingidos por alguma aflição desencadeada pelo último ano escolar. A cobrança para o vestibular vem também por parte dos professores, que há todo momento deixavam claro que eles iriam fazer a prova em pouco tempo.

Outra atividade feita devido à urgência da demanda, foi a respeito de programas de ingresso ao ensino superior e de auxílio, como o ENEM, SISU, ProUni, FIES, QueroBolsa, vestibulares específicos e também sobre programas de ensino profissionalizante, como PRONATEC e o SISUTEC. Os alunos se mostraram interessados por desconhecerem tais programas, visto que ninguém – nem mesmo os professores – haviam falado sobre o assunto em sala de aula. Ao final da conversa, ficou claro como foi essencial a apresentação de outras formas de ingresso na universidade, já que com exceção do ENEM, todos são voltados para o ensino superior privado, com a possibilidade de cursá-lo gratuitamente.

Ao final do projeto de estágio, uma aluna, que inicialmente não desejava realizar o ENEM, ressaltou o quanto os encontros foram importantes para que ela mudasse de ideia e confiasse em si mesma para realizar a prova. Também disseram da relevância das informações sobre as diferentes formas de ingresso no Ensino Superior, uma vez que apesar de estarem no último ano da escola, tal assunto nunca havia sido apresentado para eles.

Fechar o estágio com essa fala trouxe uma reflexão importante: como querer que os jovens sonhem com a universidade, se os mesmos desconhecem maneiras de chegarem até ela? Qual o papel que vem sendo desempenhado pela escola que não trabalha as possibilidades de futuro com esses jovens?

Muito se é falado pela visão da escola sobre o aluno, em grande maioria, culpabilizando-o pelo fracasso escolar. Entretanto, pouco se fala sobre a visão do aluno sobre a escola. Enquanto a instituição os enxergam como “problemas”, eles enxergam os problemas na instituição. No contexto da escola pública, é apontada, primordialmente, a falta de infraestrutura; em segundo plano, a falta de profissionais para lecionarem as disciplinas, em terceiro, a maneira pela qual os profissionais presentes ministram as aulas, muitas vezes de forma tradicional, sem debates de temas que façam sentido para o presente. O Ensino Médio tem por função a preparação para o mercado de trabalho, almejando a aprovação nos vestibulares. Logo, disciplinas repletas de informações são passadas para os estudantes em aulas monótonas e desconexas da realidade em que vivem, de modo que se torna desinteressante estar na escola.

A junção desses fatores afeta o aprendizado dos estudantes e mina a sua autoestima, por entenderem que, perante um estudante da rede privada de ensino, se encontram despreparados para a realização do vestibular. Ao se tratar do ingresso na universidade, o suporte dado pela instituição escolar é insuficiente – quando ofertado, é apenas explicado o funcionamento do ENEM. As dúvidas sobre os cursos não são ouvidas, então, as demandas de cada área não são explicadas. Não se conversa sobre como é a vida acadêmica e nem sobre as possibilidades para além dela, como um ensino profissionalizante, por exemplo. Sendo assim, a escola não favorece a elaboração da perspectiva de futuro por não oferecer informações suficientes aos estudantes.

## **5. Considerações Finais**

Atualmente, notamos o rompimento do diálogo da juventude com a instituição escolar, tendo em vista que esta permanece considerando o jovem e o aluno de forma dissociada. As disciplinas ensinadas, muitas vezes, não se relacionam com a realidade vivida pelos jovens e nem potencializam suas habilidades. Além disso, a moratória social não é vivenciada igualmente, já que os jovens de classe alta podem viver o período da moratória social de modo mais leve, por serem vistos como aqueles que estão no momento de aprendizado, enquanto os jovens das classes populares não recebem a mesma tolerância, sendo punidos caso cometam algum erro.

O período de escolha profissional ocorre muito cedo, com uma característica desafiadora, pois os jovens são repletos de possibilidades e dúvidas sobre essa decisão. No estágio, notamos que pouco é falado sobre as opções posteriores à escola, mostrando uma falha na relação aluno-escola. Os jovens que não recebem orientação e o apoio da família se sentem sozinhos nessa tarefa de inserção profissional. O desafio da escola pública do Ensino Médio é encontrar subsídios para que os alunos não terminem a trajetória escolar sem perspectivas de futuro. Dentre a classe baixa, são poucos os que conseguem finalizar a educação básica e ingressar no ensino superior devido a diversas questões, dentre elas, a necessidade de começar a trabalhar. Para essa classe, a universidade é vista como sendo para a elite, por isso, se torna algo distante de se concretizar. Essa situação evidencia as falhas do sistema educacional e o processo de subjetividade causado por ele, já que também revela uma descrença dos alunos em si mesmos, consequência de uma baixa autoestima devido ao despreparo para o vestibular.

A orientação profissional entra para auxiliar nesse processo, na medida em que trabalha o desenvolvimento pessoal, o autoconhecimento, a fim de dar suporte para que o indivíduo esteja consciente de si e do que foi escolhido por ele. O trabalho da orientação profissional nas escolas age de modo preventivo ao adoecimento mental, uma vez que integra a subjetividade à esfera social, o aluno chega ao ensino superior mais confiante de sua escolha, encontrando motivação para persistir e enfrentar as adversidades acadêmicas. Ou aquele jovem que decide não fazer faculdade e ingressar diretamente no mercado de trabalho, desempenhará suas funções mais conscientes de si, pois é ampliado o pensamento crítico e a autonomia do sujeito sobre o próprio futuro.

A escola poderia contribuir com o processo de escolha inserindo a obrigatoriedade da orientação profissional na elaboração do projeto político pedagógico. Seria uma estratégia potente sua inserção no contexto da escola pública, associada ao currículo escolar, firmando-se, principalmente, por meio de espaços de expressão e escuta. Entretanto, precisa-se lutar para que tal serviço se afirme enquanto política pública, sem privilegiar uma classe, mas sendo entendida como direito da juventude.

## **6. Referências Bibliográficas**

AITA, Elis Bertozza; FACCI, Marilda Gonçalves Dias. Subjetividade: uma análise pautada na Psicologia histórico-cultural. **Psicologia em Revista**, v. 17, p. 32-47, 2011.

ANDRADE, Sandra dos Santos.; MEYER, Dagmar Estermann. Juventudes, moratória social e gênero: flutuações identitárias e(m) histórias narradas. **Educar em Revista**, Edição Especial v. 1, p. 85-99, 2014.

ARIÈS, Phillipe. **História Social da Criança e da Família**. 2. Ed. – Rio de Janeiro: LTC, 2006.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983, p. 112 – 121.

CAMACHO, Luiza Mitiko Yshiguro. A invisibilidade da juventude na vida escolar. **PERSPECTIVA**, v. 22, p. 325-343, 2004.

COSTA, Silvana do Rosário Menino. Orientação profissional e sua interface com as políticas públicas: desafios para o/a profissional da psicologia. In: **VIII Jornada Nacional de Políticas Públicas**. São Luís: 2017, p. 1-9.

DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. **Revista Brasileira de Educação**, v. 24, p. 40-52, 2003.

DAYRELL, Juarez. A escola faz as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Soc**, v. 28, p. 1105 – 1128, 2007.

ESTEVES, Luiz Carlos Gil; ABRAMOVAY, Miriam. Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In ABRAMOVAY, Miriam *et al.* **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; UNESCO, p. 19-54, 2007.

FERNANDES, Ivoni de Souza. Juventude: uma categoria sócio-histórica. In: **XII Congresso Nacional da Educação – EDUCERE**. Curitiba: 2015, p. 22232 – 22247.

GROPPO, Luís Antonio. Teorias críticas da juventude: geração, moratória social e subculturas juvenis. **Em Tese**, v. 12, p. 4-33, 2015.

LISBOA, Camila Pereira. Uma experiência de orientação profissional no contexto de políticas públicas. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 18, p. 105-114, 2017.

MANDELI, Maria Teresa; SOARES, Dulce Helena Penna; LISBOA, Marilu Diez. Juventude e projeto de vida: novas perspectivas em orientação profissional. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, v. 63, pg 49- 55, 2011.

NEVES, Maura Assad Pimenta *et al.* Psicologia escolar no ensino médio: reflexões sobre trabalho e profissão. In: SOUZA, Vera Lucia Trevisan *et al.* **Psicologia Escolar Crítica: Atuações Emancipatórias nas Escolas Públicas**. Campinas: Editora Alínea, 2018, p. 87-104.

NUNES, Maisa Bruna de Almeida; FERNADEZ, Cristiane Bonfim. Estado, sociedade e políticas de trabalho e emprego voltadas para os jovens no Brasil. **R. Katál**, v. 19, p. 64-72, 2016.

OLIVEIRA, Adélia Augusta Souto.; TRANCOSO, Alcimar Enéas Rocha. Processo de produção psicossocial de conceitos: infância, juventude e cultura. **Psicologia & Sociedade**, v. 26, p. 18-2, 2014.

UNESCO. **Políticas públicas de/para/com as juventudes**. Brasília: UNESCO, 2004.

XIMENES, Verônica Moraes.; CIDADE, Elívia Camurça. Juventude e pobreza: implicações psicossociais do fatalismo. **Revista Interamericana de Psicologia/Interamerican Journal of Psychology (IJP)**, v. 50, p. 128-136, 2016.